

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.227 - ES
(2019/0199415-9)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : JOSE ANTONIO VIANA DA SILVA
ADVOGADO : SHARLENE MARIA DE FATIMA AZARIAS - ES021462
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por JOSE ANTONIO VIANA DA SILVA contra decisão monocrática da lavra do Ministro Presidente desta Corte, que não conheceu do agravo pela ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada (Súmula 182/STJ).

Sustenta o agravante que todos os fundamentos da decisão denegatória foram combatidos.

É o relatório. **Decido.**

Compulsando-se os autos, verifica-se que procede a argumentação trazida no agravo regimental. Passa-se, então, ao reexame do recurso especial.

O recurso não merece prosperar.

Os elementos existentes nos autos informam que o recorrente foi condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime fechado, pelo cometimento do crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A defesa alega: a) inépcia da inicial; b) ausência de provas para a condenação e; c) inidoneidade dos fundamentos utilizados para a exasperação da pena-base.

Anota-se, inicialmente, que sobrevindo sentença condenatória, resta atestada a plena aptidão da inicial acusatória, fica prejudicado o exame da violação do art. 41 do CPP (*ut*, AgRg no REsp n. 1.594.660/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 30/6/2016).

Também não há falar em violação do art. 386, IV, V e VII do

Superior Tribunal de Justiça

CPP, isso porque é assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver ou condenar os acusados. Inteligência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ (*ut*, AgInt no REsp n. 1.722.340/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 30/8/2018).

Nenhuma irregularidade se verifica na dosimetria da pena, isso porque a quantidade do entorpecente apreendido (5.530Kg de maconha) autoriza a exasperação da pena-base, conforme jurisprudência pacífica desta Corte. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. NATUREZA NOCIVA DAS DROGAS APREENDIDAS (CRACK E COCAÍNA). ART. 42 DA LEI N. 11.343/06. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos crimes de tráfico de drogas, o Juiz deve considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal - CP, a natureza e a quantidade da substância entorpecente, consoante o disposto no art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

[...]

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 476.995/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 03/05/2019)

A multirreincidência do recorrente igualmente autoriza a majoração da pena-base. Confira-se: HC 422.916/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 06/04/2018.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão de e-STJ fls. 404/405 e conheço do agravo para negar seguimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

